

## **HOMENAGEM AOS SENHORES MINISTROS ATHOS GUSMÃO CARNEIRO E SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA**

**FÁTIMA NANCY ANDRIGHI**

*Ministra do Superior Tribunal de Justiça*

Tarefa linda e honrosa recebi das mãos dos delicados e dedicados integrantes da diretoria do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, e que me veio por intermédio do sempre *gentleman* Petrônio Calmon.

Inefável, para mim, repetir o privilégio que a vida me oportunizou, de conviver tão de perto com o Ministro Athos Gusmão Carneiro e o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, e agora, em nome da comunidade jurídica nacional, prestar-lhes uma singela homenagem, entretanto, extremamente sincera, porque flui do meu coração.

Espero que eu a desempenhe a contento em razão da nobreza dos Homenageados.

Juro que eu não queria ser igual, fazer igual, ou dizer igual – não sei se conseguirei –, mas vou buscar este propósito para não ser cansativa e não dar tempo para a emoção embargar a minha voz.

Ao se pronunciar ou se ouvir a expressão Reforma Processual, imediatamente se estabelece uma conexão direta e inexorável com o nome de duas pessoas: Ministro Athos Gusmão Carneiro e Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. São os artífices de uma obra de valor inestimável e frutuosa, que continua produzindo atos de aceleração e melhora do processo brasileiro.

A engenharia que constrói e reforma os caminhos da Justiça exige muita dedicação. O Ministro Athos e o Ministro Sálvio foram ilimitadamente incansáveis. Não havia dia, semana, hora, noite, domingo,



aliás, este – o domingo – era o melhor dia. E mais: quando encontravam uma forma de melhorar a redação de um artigo, parágrafo ou inciso, a ligação telefônica era instantânea e, não raras vezes, lembro de ter acordado com o telefone, o lápis e os rascunhos no meu travesseiro.

Por oportuno, trago uma lembrança do aconchego familiar dos diletos Ministros. Com ela, reverencio e presto minhas elevadas homenagens a duas impecáveis e amorosas mulheres que, ao lado de nossos Mestres, ofereceram a mais significativa contribuição para a concretização da Reforma Processual: Dona Glória, na suavidade inerente a seu biótipo; chegava, mansamente, nas tantas noites em que se prolongava desmesuradamente a jornada de trabalho do Ministro Athos, e dizia com doçura: “Pai, será que não dá para continuar amanhã? A Fátima também tem que ir...”; e Dra. Simone, sempre paciente e leve, e que do alto da sua sabedoria, sempre lembrava que os nossos exageros não ajudavam e que o melhor caminho a trilhar era o do meio – sabedoria que não conseguíamos assimilar. Hoje eu compreendo, Simone, faltávamos à sua inteligência.

A obra toda foi realizada da maneira mais artesanal que se possa imaginar, quase que de forma inacreditável. A título ilustrativo, mais de duas mil (2.000) páginas ficaram guardadas com anotações manuscritas de todos os participantes. Todavia, nem por isso, esta forma única e inusitada de realizá-la triscou no valor mais importante idealizado pelos dois Ministros, que sempre foi a democratização, leia-se, a mais ampla e ilimitada participação de todos os segmentos das carreiras jurídicas contribuindo com críticas e sugestões na elaboração dos anteprojetos.

Como só os Mestres são capazes, tudo foi adrede, bem pensado e calculado; desde a forma de abordagem no âmbito do Judiciário, até e, principalmente, a abordagem na esfera do Poder Legislativo. O coração, a razão e o bom senso dominaram, o tempo todo,



o ambiente da Reforma. O coração, para manter a sensibilidade; a razão, para evitar injustiças; e o bom senso, para fazer prevalecer a equidade nas decisões tomadas.

Mesmo assim, inúmeras críticas foram desferidas acerca do porquê apresentar 11 anteprojetos se a cada aprovação tínhamos que adquirir um novo Código de Processo Civil. Lembro até de um incidente hilário que ocorreu naquela época: na platéia, durante uma palestra que eu proferia acerca da Consignação em Pagamento extrajudicial, um distinto congressista perguntou-me se a Comissão da Reforma Processual tinha algum membro proprietário de editora jurídica ou outra coisa qualquer.

Foi a oportunidade que tivemos para explicar como tudo fora bem planejado pelos Mestres Athos e Sálvio. A divisão de vários anteprojetos evitava que um eventual pedido de vista paralisasse todo o trabalho e, só assim, teríamos a certeza que a Reforma Processual iria se concretizar num tempo reduzido. Sempre, em tais ocasiões, tomávamos como exemplo de atraso em projeto único o do Código Civil, que já tramitava há mais de uma década. Isto acalmava a alma de todos.

E foi exatamente o que aconteceu. Basta lembrar que dos dez (10) anteprojetos oferecidos, nove (9) se tornaram lei e apenas um continua com pedido (de vista) pendente na Câmara dos Deputados, relativo à uniformização da jurisprudência. Imagine se esta sábia providência não tivesse sido alvo da atenção e do discernimento dos dois grandes Mestres.

Uma obra de tamanha envergadura exigiu a firmeza e a segurança do “Bom Doutor”, expressão utilizada pelo Ministro Sálvio para arrefecer a insistente teimosia que às vezes se instalava no espírito do Ministro Athos, mas também precisou do “Guerreiro da Luz”, porque só o espírito guerreiro sabe divisar, para muito além dos horizontes limitativos



das Leis, aquilo que pode e deve ser modificado e que será melhor para todos.

O “Bom Doutor” e o “Guerreiro da Luz” criaram a engenharia da Reforma Processual, com uma dinâmica típica e característica da obra feita só por heróis, porque abraçaram com suas vidas a batalha do bom combate, e conseguiram, com o privilégio dos heróis, lançar o olhar sobre a vasta plantação que se estendia pelo infindável horizonte e seguir o caminho, mesmo pleno de dificuldades, em nenhum momento deixando-se achacar pelo desalento.

Souberam, como todos os heróis, humildemente aceitar e discutir todas, mas literalmente todas, as sugestões e até as mais ácidas críticas que chegavam por meio de cartas, conversas ao pé do ouvido, ou formalizadas por juristas ou instituições.

São heróis de todos nós, aqueles que sabem pensar e decidir os caminhos de uma Justiça mais humana e eficiente. Mais ainda, aqueles que se propõem a dar o melhor tempo de suas vidas, e eles deram, que é a consistente experiência de décadas de magistratura de carreira, de magistério incansável, e de inúmeras obras jurídicas publicadas, para sugerir reformas dos instrumentos processuais obsoletos e propor a criação de mecanismos legais para salvaguardar os direitos dos cidadãos, mesmo sob a ameaça de não serem ouvidos, dado o ineditismo da iniciativa levada a efeito perante o Poder Legislativo.

A Reforma Processual mudou a história de elaboração das leis no País. Foi estabelecido um diálogo nunca antes experimentado, e tudo devemos aos dois Mestres. Podemos chamá-los de bem-aventurados, porque são pacificadores e abriram um canal de comunicação com o Poder Legislativo e também com o Poder Executivo, extremamente necessário, e tão frutífero que até hoje tem sido por todos trilhado, o que reverte



sempre em melhora para o destinatário dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

A dinâmica imposta pelos diversos matizes que colorem as relações sociais, exige constantes mudanças e adaptações. Ela passa pelo comportamento do homem e termina no compromisso de garantir a tutela de seus interesses. E este tem sido o norte da missão de nossos homenageados. Mesmo afastados das lides de Ministros do STJ, não descansam da tarefa que abraçaram na qual seguem acreditando, mostrando a todos, face aos resultados obtidos, que o caminho e a técnica escolhidos são, inegavelmente, irrepreensíveis.

O “Bom Doutor”, que ausculta com suave firmeza e com habilidade cirúrgica todos os ruídos do coração processual civil e, como um ventríloquo, traduz os lineamentos necessários para que a Lei de Processo Civil seja orquestrada como instrumento de pacificação social, jamais permitindo que o culto à forma venha em prejuízo da essência, porquanto é de todos sabido que a falibilidade dos juízos humanos não excepciona os meandros judiciais.

Mesmo com toda essa acuidade utilizada no trabalho de reforma, não raras vezes o “Bom Doutor” teve que dar explicações, em intervenções acirradas, em vários plenários, onde operadores do direito estavam aflitos com tantas alterações na rotina dos processos, sempre lembrando que, seguramente, pertencemos à classe profissional mais misoneísta de todas.

Todavia, a despeito da predominância do sentimento refratário ante as novas Leis processuais, o clima de serenidade mantido por estes dois heróis da Reforma Processual jamais foi maculado. Trabalhar muito, mas nunca perder a oportunidade de fazê-lo com a seriedade envolta na alegria e no bom humor, especialmente, quando as críticas chegavam a níveis elevados.



Para revivescer os preciosos e transcendentos momentos da Reforma Processual, trago-lhes também a força do “Guerreiro da Luz”, Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira que, ao lançar seu olhar para além da montanha, e dizer-nos que a lei não é soberana, mas soberana é a vida, faz-nos refletir acerca desses novos tempos em que vivemos, mergulhados em justificadas apreensões, inquietações e sobressaltos, que imprimem ao Judiciário o dever de adotar novas concepções e abordagens para o processo, que transpirem segurança, confiança, eficácia, agilidade e, sobretudo, sensibilidade, tudo o que almeja o ser humano, destinatário único e final dos serviços judiciários.

Prestar homenagem a personalidades tão eminentes, que há mais de dez anos abraçaram o ideal de tornar o processo civil mais célere e eficiente, repetindo pela enésima vez o limite estabelecido para o trabalho da Comissão: “localizar os pontos de estrangulamento do processo”, conduzindo-o conforme as necessidades sociais e econômicas de nosso tempo, é por demais honroso para uma discípula, que teve o privilégio de ser a “escriba” da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil, além de poder compartilhar de preciosos e inolvidáveis momentos de aprendizagem na companhia destes dois Mestres do Direito Processual, mas acima de tudo, juízes da melhor estirpe – incansáveis perseguidores do melhor modo de se fazer Justiça.

A evanescência que subjaz dessa vida que nos foi outorgada, e é breve, revela o quanto impostergável é o avanço da Lei Processual Civil, notadamente, quando o Alto nos permite mergulhar nas vicissitudes que forjam o comportamento humano, narradas nas páginas dos processos, que abarrotam os gabinetes dos juízes e multiplicam os dissabores das partes pela lentidão que se perpetua.

Nada pior para um juiz do que, ao analisar um processo, deparar-se com a morte de uma das partes, que deixou esta vida sem a certeza de que um dia teria a resposta da Justiça para o seu pedido.



Ministro Sálvio e Ministro Athos, levem sempre consigo o gáudio e a certeza de que muito contribuíram para que este triste fato deixe definitivamente de acontecer nos processos. Só isso, já enche Vossas mãos gloriosas ao chegar na Casa de prestação de contas.

Levem ao Vosso cotidiano a convicção e a certeza de que esse caminho, aberto por Vossas mãos operosas, facilitou sobremaneira a jornada de uma nova geração de processualistas que permanece dedicada à continuidade de Vossa obra e que, seguramente, segue firme pela estrada pavimentada, onde a cada passo aparece ao fundo o rosto de Vossas Excelências.

Esse mérito é invencível e deve ser creditado a Vós, que souberam congregar todos nós, com habilidade superior, em torno do sonho de um processo melhor.

Vossas Excelências também nos ensinaram, com a jornada da Reforma Processual, que o ativismo judicial equilibrado e bem direcionado pode transformar os Juízes em novos anjos da democracia, que alimentam o ideal de humanizar e dinamizar a Justiça para todos.

Nosso Bom Doutor, nosso Guerreiro da Luz, a continuidade do Vosso trabalho de Reforma Processual, com tantas leis em período de *vacatio legis* é a prova eloqüente de que o Guerreiro não se deixa paralisar, porque o seu equipamento é composto da fé, e o Bom Doutor o acompanha, porque o seu equipamento é a esperança.

Obrigada por nos mostrarem e nos conduzirem pelos caminhos da Luz.

